



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Rede credenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

## **XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024**

### **ENTRE OS EGRESSOS DA ESCRAVIDÃO: CRIoulos E AFRICANOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA (SALVADOR, 1834-1852)**

**Jean C. Santos<sup>1</sup>; Carlos da Silva Jr.<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [jean.claudio019@gmail.com](mailto:jean.claudio019@gmail.com)
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [cfsjunior@uefs.br](mailto:cfsjunior@uefs.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** Africanos Libertos; História da Escravidão; História da Bahia

### **INTRODUÇÃO**

Este resumo visa abordar a posse de escravos por africanos e crioulos libertos em Salvador na primeira metade do século XIX (1834-1852). Através da análise dos registros de batismos das freguesias comerciais da Conceição da Praia, pretendo observar os sujeitos que saíram do seio da miséria após deixar a escravidão, assim como identificar o perfil destas personagens, questões como gênero, origem e status civil.

Considerável parte dos africanos e descendentes que se alforriaram ficaram sob o seio da miséria. Contudo, uma considerável parcela destes se tornou proprietários de cativos (Reis, 2016). A posse de escravos por libertos não é um assunto desconhecido na historiografia, tão comum era a prática que Maria Inês Côrtes de Oliveira (1979), defende que uma das possibilidades de definir o nível de riqueza ou pobreza dos libertos era a quantidade de escravos possuídos. A lei que coibia africanos de adquirirem outros patrimônios, justifica em certa medida a compra de cativos, considerando que para esta aquisição, não haviam restrições (Castillo e Parés, 2007; Reis, 2016; 2019). Para os libertos, a propriedade escrava reafirmava a condição jurídica de liberdade destes sujeitos, demarcava o processo de ascensão social, possibilitava o lucro e acúmulo de capital através da exploração da força de trabalho escrava, como por exemplo os escravizados de ganho. (Reis, 2019)

É fundamental ter cuidado no trato das investigações sobre estes personagens; afinal, o olhar preconceituoso e carregado de questões morais do presente impediria de compreendê-los como agentes dentro de uma conjuntura.. É verdade, que seja curioso – talvez até incômodo – imaginar que alguém que sofreu o cativeiro, quando liberto, se tornou algoz de outro (Parés, 2024). Contudo, não se pode deixar esquecer que “a

assimilação e a reprodução da cultura senhorial por parte dos libertos, mesmo a partir de outros significados e intenções, constituíam-se a salvaguarda inadvertida da estrutura da dominação” (Parés, 2024). Por isso, é fundamental se debruçar sobre a história destes homens e mulheres.

**METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho me debrucei sobre a documentação batismal, esta que foi armazenada pela Igreja Católica. Na historiografia baiana, os registros de batismos eram utilizados principalmente para avaliar a prosperidade dos libertos em termos do número de escravizados batizados ao longo de sua vida. Mas rapidamente percebeu-se o potencial desses documentos para traçar as experiências coletivas dos libertos em vários âmbitos (Castillo e Parés, 2007; Reis, 2008).

O trato de tal documentação partiu de um levantamento da documentação, a qual construí um banco de dados no MS Excel. Sistematizei em tal banco as seguintes informações: nome do batizando; data do nascimento (quando a informação constar no assento); idade real ou presumida; filiação; estatuto jurídico (escravizado, liberto ou livre); se nascido no Brasil ou na África; nação; proprietário (a); padrinhos e madrinhas; origem. Logo após a coleta de dados, as informações foram analisadas através da construção de quadros estáticos tratando tais informações.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao realizar o levantamento de dados destaquei 286 registros, nos quais africanos ou seus descendentes apareciam como proprietários de escravizados, tanto dos que estavam sendo batizados, quanto de seus familiares. Neste período, o único ano que não houve nenhum registro foi o de 1838.

Quadro 1, Proprietários cativos entre crioulos e africanos nos registros de batismos da freguesia da Conceição da praia entre 1834-1852

Ano	Proprietários	Homens	Mulheres	Batismo	Cativos (H)	Cativos (M)	Total
1834-38	39	12	27	45	15	62	77
1839-43	23	13	10	30	12	21	32
1844-48	87	44	43	136	42	127	169
1849-52	54	25	28	76	27	67	94
Total	203	94	108	287	96	277	372

Como supracitado, é possível evidenciar um vertiginoso aumento da quantidade de batismos e de proprietários em meados do século. A hipótese é de que, no período de

1834 a 1843, as condições políticas da província dificultaram o envolvimento de libertos no comércio. A guinada dos números tem a ver com o cenário comercial atlântico, considerando que muitos destes homens e mulheres estavam envolvidos tanto no comércio miúdo entre a Bahia e a Costa da Mina, quanto dependiam do comércio graúdo, que consistia no tráfico de escravizados. Já que, mesmo aqueles que não necessariamente eram envolvidos com os traficantes, dependiam da chegada de cativos para comprar em preço mais acessível. (Parés, 2024)

Houve um decréscimo no mercado baiano de escravizados entre 1831 e 1835 com a repressão do tráfico, com as cifras em cerca de 2.000 cativos saindo da Costa da Mina para Bahia. Entre 1836 e 1840 os números voltaram a subir, mas, o apogeu foi entre 1846 e 1850 onde foram embarcados 15.908 cativos, o que corrobora como a amostra acima de 1844 a 1852 onde identifiquei 263 cativos pertencentes a proprietários forros. Tal hipótese se fortifica, considerando que nos anos de 1851 e 1852 os números caíram expressivamente, assim como o número de cativos importados da África.

Nos 286 batismos observados, foi possível distinguir 154 personagens diferentes entre os proprietários. Dos quais, 73 eram homens e 81 eram mulheres, destes, soma maioria, 59,8% (92), eram africanos sem sua nação descrita, como pode ser visto a baixo:

Tabela 1. Origem dos proprietários de cativos nos registros de batismos da freguesia da Conceição da praia entre 1834-1852

<b>Origem Proprietários</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Africano	92 – 59,8%	52 – 56,5%	40 – 43,5%
Crioulo	32 – 20,8%	12 – 37,5%	20 – 62,5%
Jeje	17 – 11,0%	5 – 29,5%	12 – 70,5%
Preto	4 – 2,5%	-	4 – 100%
Mina	3 – 2,0%	2 – 66,7%	1 – 33,3%
Haussá	3 – 2,0%	1 – 33,3%	2 – 66,7%
Tapa	2 – 1,3%	1 – 50,0%	1 – 50,0%
Angola	1 – 0,6%	-	1 – 100%
Total	154 – 100%	73 – 47,4%	81 – 52,6%

Das 81 mulheres, a maioria era solteira, ao menos 63 delas, enquanto apenas uma era casada e oito delas viúvas. Entre os homens o padrão não era espelhado, apesar da maioria, 42, serem solteiros, outros 16 eram casados e apenas 2 eram viúvos. Ou seja, tratamos de homens e mulheres que, em maioria não selou os laços nupciais sob o regimento da igreja. No geral, se trata de pequenos proprietários, varejistas, a maioria destes tinham entre um e três cativos, os poucos passavam dessa cifra. As exceções se davam especialmente em duas situações, a reprodução interna da escravaria, com as escravizadas dando à luz a crioulos que já nasciam como cativos, e o envolvimento de

parcela destes diretamente no tráfico de escravizados, com é o caso de Manoel Joaquim Ricardo e Antônio Xavier de Jesus (Reis, 2008, 2016 ; Falheiros, 2013; Parés, 2024).

Dos 372 escravizados encontrados, 262 deles estavam sendo batizados, os demais cativos eram os familiares destes. Mais de 67,5% (177) eram oriundos de alguma região da África. Na maioria dos casos, entre os africanos a idade não foi revelada, assim como a origem – com exceção de 24 casos, que indicaram a nação – o que pode indicar que estes eram provenientes de viagens negreiras contemporâneas aos batismos. Dentre os africanos cativos, 119 eram mulheres, o que denuncia a preferência – ou opção viável por conta do preço – dos proprietários pelas cativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao construir o perfil dos proprietários egressos da escravidão, é possível identificar que se trata de maioria originária da África, com uma pequena maioria de mulheres, no geral solteiras, que optavam por comprar mulheres. A pequena escravaria mostra, que o comércio não foi tão lucrativo para estes personagens, os poucos que conseguiram mais cativos, optaram pela reprodução interna de sua escravaria. Havia aqueles diretamente ligados ao tráfico, que conseguiram chegar a grandes cifras, mas são a exceção. Por fim, é evidente que estes homens e mulheres dependiam, mesmo que indiretamente do comércio negreiro para conseguir comprar seus cativos.

## REFERÊNCIAS

- CASTILLO, Lisa Earl; PARÉS, Luis Nicolau. “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu”. *Afro-Ásia*, n. 36, p. 111-151, 2007.
- FALHEIROS, Elaine Santos. “Luís e Antonio Xavier de Jesus: mobilidade social de africanos na Bahia oitocentista”. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, 2015.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: O seu mundo e os outros (Salvador, 1790/1890)*. Dissertação (Mestrado em História) UFBA, 1979.
- PARÉS, Luis Nicolau. *Joaquim de Almeida: A história do africano traficado que se tornou traficante de africanos*. São Paulo: Companhia das letras, 2024.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”. *Revista de História* (São Paulo), p. 14-67, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.